



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Jacileno José Delgado Correia

**A EXPERIÊNCIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DE
2000-2010: UMA ANÁLISE À LUZ DOS MODELOS PÓS-KEYNESIANOS DE
CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA**

Brasília
2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO- FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A EXPERIÊNCIA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DE
2000-2010: UMA ANÁLISE À LUZ DOS MODELOS PÓS-KEYNESIANOS DE
CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA**

Jacileno José Delgado Correia

Orientador: Ricardo Silva Azevedo Araújo

Monografia apresentada como requisito de conclusão do curso de graduação em
Ciências Econômicas

Brasília

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília pela oportunidade de concluir esta graduação, pelo ambiente criativo e afetuoso que conferiu, pelo seu corpo docente, direção, administração, que graças ao mérito e ética que rege esta Instituição, me transmitiram confiança e incentivo.

Agradeço em particular a todos os professores e funcionários do Departamento da Economia que sempre estiveram a minha disposição, sempre muito pacientes e carinhosos.

Agradeço a meu orientador Ricardo Silva Azevedo Araújo, pelo apoio, paciência e dedicação na elaboração do trabalho.

Agradeço a minha família, meus amigos e colegas, pelo carinho e apoio, ao longo dessa jornada. Obrigado minha mãe, Joana Paula Delgado, que sempre me deu força e ânimo para continuar.

Obrigado minha namorada Marina Maria Ventura Peixoto, por sempre estar do meu lado, me apoiando e acreditando na minha capacidade. Agradeço também a minha sogra Fátima Ventura, meu sogro Benedito Peixoto e minha cunhada Amanda Ventura, pelo apoio e carinho ao longo do curso.

Meus agradecimentos a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte dessa jornada, muito obrigado.

RESUMO

O trabalho busca verificar qual o regime de crescimento econômico que vigorou no Brasil no período 2000-2010, a partir de uma análise bibliográfica. Na pesquisa é feito um levantamento dos principais autores que usaram os princípios pós-keynesianos de crescimento econômico e distribuição funcional da renda para estudar o caso da economia brasileira, objetivando indicar se o padrão predominante de crescimento econômico no Brasil na última década foi impulsionado pelos salários ou pelos lucros. Em geral, os trabalhos levantados apuraram que a economia brasileira seguiu um regime do tipo *wage-led*, quando analisado como uma economia fechada, porém quando incluímos os efeitos do comércio externo, o padrão de crescimento muda para o tipo *profit-led*.

Palavras-chave: Crescimento econômico brasileiro; Distribuição de renda; Pós-Keynesianismo; Crescimento *wage-led*; Crescimento *profit-led*.

ABSTRACT

This research aims to verify which type of economic growth took place in Brazil between 2000 and 2010, through bibliographical analysis. The main authors who utilized Post-Keynesian principles of economic growth and functional wage distribution are analyzed in order to study the case of Brazilian economy, and to indicate if the predominant growth pattern in Brazil in the last decade was driven by wages or by profits. In general, these works have shown that the Brazilian economy has followed a wage-led growth regime, when analyzed as a closed economy; however when the effects of external trade are included, the growth pattern changes to profit-led.

Key words: Brazilian economic growth; Wage distribution ; Post-Keynesianism ; Wage-led growth ; Profit-led growth.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Importância e justificativa	6
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivo Geral	7
1.2.2 Objetivos Específicos	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO E BIBLIOGRÁFICO	9
2.1 Modelos pós-Keynesianos de crescimento econômico e distribuição funcional da renda.....	9
2.1.1 Modelos pós-keynesianos da 1ª geração	9
2.1.2 Modelos pós-keynesianos da 2ª geração	11
2.2 Distribuição funcional da renda no Brasil	16
4 RESULTADOS	20
4.1 Casos internacionais	20
4.2 O caso da economia brasileira.....	23
4.2.1 A evolução das principais variáveis macroeconômicas brasileiras	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

1.1 Importância e justificativa

O crescimento econômico acelerado e autossustentado tem sido geralmente apontado, desde o pós-guerra, como o objetivo-síntese da política econômica da maior parte dos países, notadamente os subdesenvolvidos. A obstinada perseguição do crescimento tem sido vista como solução para uma variedade de outros problemas econômicos, particularmente os ligados a redução ou eliminação da pobreza (JONES, 1979). Além do mais, o crescimento é um instrumento utilizado pelos países para se proteger dos efeitos de crises internacionais. Por esses motivos, a questão vem ganhando a atenção dos formuladores de política econômica ao longo dos anos.

O crescimento econômico e a distribuição da renda dos países são explicados por duas correntes teóricas distintas: a primeira é a ortodoxa, que tem como principais defensores os neoclássicos, os novos clássicos e os novos keynesianos; a segunda, a corrente heterodoxa, que tem como defensores fundamentais os Pós-Keynesianos e os marxistas.

Devido ao fato de ser um fenômeno bastante recente, a guinada na economia brasileira na primeira década do século XX ainda carece de estudos aprofundados, não só pelo prisma do pós-keynesianismo, como também das demais teorias de crescimento econômico. Este trabalho visa construir uma análise das pesquisas já existentes e, conseqüentemente, contribuir para o futuro preenchimento das lacunas empíricas e teóricas no setor.

Para isso, será apresentado o referencial teórico e bibliográfico da análise, que consiste no paradigma pós-keynesiano de crescimento econômico e distribuição funcional da renda. Será feita uma exposição das ideias dos autores centrais de cada geração dessa corrente, nomeadamente: Kaldor (1957) e Robinson (1956), da 1ª geração; Rowthorn (1982) e Dutt (1984, 1987, 1990) 2ª geração; e Bhaduri e Marglin (1990), da 3ª geração. Dentro desse item, abriremos um subitem, onde analisaremos a distribuição funcional da renda no Brasil ao longo dos anos. Quanto a isso, faremos um levantamento dos principais trabalhos mais recentes, que se ocuparam a pesquisa desse tema. A distribuição da renda no Brasil é um dos

assuntos econômico, que tem suscitado grande interesse por parte dos pesquisadores e formuladores de políticas econômicas, dado que o país possui um dos piores índices de distribuição de renda, comparado com o resto do mundo. Contudo, a questão de distribuição funcional da renda no Brasil, ainda é pouco explorada, carecendo de literatura. Isso se tornou em parte, um empecilho ao pesquisar sobre essa questão, impossibilitando o apuramento de melhores conclusões a cerca do tema.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar qual o regime de crescimento econômico que vigorou no Brasil no período 2000-2010, a partir de uma análise bibliográfica, através da qual se espera determinar se o padrão predominante de crescimento econômico no Brasil no período considerado foi impulsionado pelos salários ou pelos lucros (*wage-led* ou *profit-led*).

1.2.2 Objetivos Específicos

Apresentar uma revisão da literatura referente ao crescimento econômico brasileiro no período de 2000 a 2010, baseada nos modelos pós-keynesianos de crescimento econômico e distribuição de renda.

Fazer uma tentativa de mapeamento do desenvolvimento das principais pesquisas que propuseram explicar a recente experiência brasileira de crescimento econômico à luz dos princípios pós-keynesianos, e indicar a que direção esses estudos apontam essencialmente, se o padrão predominante de crescimento econômico no Brasil na última década foi impulsionado pelos salários ou pelos lucros (*wage-led* ou *profit-led*).

Para além da introdução, organizemos este trabalho em mais quatro seções: na segunda seção, apresentamos o referencial teórico e bibliográfico, onde expomos as três gerações dos modelos pós-keynesianos de crescimento econômico e distribuição funcional da renda, trazendo os pesquisadores principais de cada

geração e descrevendo as ideias centrais, ainda nesta seção, desenvolvemos uma subseção, na qual discutimos a questão da distribuição funcional da renda no Brasil ao longo dos anos, fizemos um levantamento das principais pesquisas que investigou esse conteúdo para o caso particular do Brasil; na terceira seção, apresentamos a metodologia que foi aplicada na realiza dessa pesquisa; a quarta seção, exibimos os resultados do trabalho, mostramos a partir de um levantamento da literatura, que se utilizou do arcabouço teórico dos modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição para identificar quais os regimes de crescimento econômico, que vigoraram em algumas economias internacionais e para o caso específico da economia brasileira, dentro dessa seção, desenvolvemos uma subseção, onde analisemos, por meio de exposição e análise gráfica, a evolução de algumas variáveis macroeconômico da economia Brasileira, tais como: PIB; a participação dos salários na renda nacional (*wage-share*); a evolução da taxa de lucro macroeconômica; com a finalidade, de compreender aspectos próprios dos regimes de crescimento econômico que a economia brasileira experimentou no período coberto pela investigação; a quinta e a última seção, as considerações finais da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E BIBLIOGRÁFICO

2.1 Modelos pós-Keynesianos de crescimento econômico e distribuição funcional da renda

Os modelos pós-keynesianos de distribuição funcional da renda e de crescimento econômico em princípio foram desenvolvidos para solucionar o problema da instabilidade dinâmica do modelo de crescimento econômico de Harrod. Esses modelos pós-Keynesianos de crescimento e distribuição em essência são desenvolvidos por três gerações: a primeira geração, composta por dois pesquisadores principais, Nicholas Kaldor e Joan Robinson; a segunda geração escudada essencialmente por Amitava Dutt e Robert Rowthorn; e, finalmente, a terceira geração, que tem como defensores fundamentais Amit Bhaduri e Stephen Marglin.

O intento principal desta seção é expor minuciosamente cada uma das gerações pós-keynesianas, apresentando as principais ideias dos autores mencionados.

2.1.1 Modelos pós-keynesianos da 1ª geração

Na 1ª geração dos modelos pós-Keynesianos, Kaldor e Robinson sustentam que os agentes econômicos estão envolvidos num ambiente de concorrência perfeita.

Inicia-se a análise considerando uma economia fechada e sem governo, na qual a renda nacional é equivalente à soma dos salários e dos lucros ($Y = \mathcal{W} + \Pi$).

Admite-se que a poupança agregada da economia pode ser subdividida entre poupança a partir dos salários (S_W) e dos lucros (S_Π) ($S = S_W + S_\Pi$), e que estas poupanças dependem, simultaneamente, da propensão marginal a poupar dos trabalhadores (s_W), da massa dos salários, da propensão marginal a poupar dos capitalistas (s_Π) e da massa do lucro. Partindo da igualdade macroeconômica entre poupança e investimento ($S = Y$) e associando as duas entidades contábeis da

renda nacional com a definição da poupança agregada nos permite chegar à conclusão que o equilíbrio entre a poupança e investimento é

$$I = s_W \cdot (Y - \Pi) + s_\Pi \cdot \Pi.$$

Segundo os autores, a participação dos lucros na renda nacional pode ser obtida a partir da inversão da causalidade da equação antecedente, fazendo aquela participação depender da parcela de investimento na renda total e da diferença entre a propensão a poupar a partir dos lucros e dos salários, tal que

$$\frac{\Pi}{Y} = \pi = \frac{1}{(s_\Pi - s_W)} \cdot \frac{I}{Y} - \frac{s_W}{(s_\Pi - s_W)}.$$

De forma semelhante, observa-se que a taxa de lucro da economia depende dos mesmos fatores, o que pode ser escrito como:

$$\frac{\Pi}{K} = r = \frac{1}{(s_\Pi - s_W)} \cdot \frac{I}{K} - \frac{s_W}{(s_\Pi - s_W)} \cdot \frac{Y}{K}.$$

Um dos pressupostos centrais do pós-keynesianismo é que a propensão marginal a poupar dos trabalhadores é menor do que a dos capitalistas, o que garante a estabilidade do percurso de crescimento econômico. O economista Michael Kalecki contribuiu para essa ideia com um caso peculiar (quando a propensão a poupar dos trabalhadores é igual à zero), o que originou a chamada Equação de Cambridge: $r = \frac{g_i}{s} \therefore g_i = \frac{I}{K} \text{ e } S = s_\Pi$.

Para os teóricos da primeira geração do modelo pós-keynesiano, “a taxa de acumulação de capital, isto é, a taxa de crescimento do investimento em estoque de capital por parte dos empresários depende da sua expectativa de realização de lucro” (HEIN, 2000, p.83).

Robinson empregou uma função de investimento fundamentada no *animal spirit* dos empresários e no incentivo a investir derivado da taxa de lucro esperado. A autora parte da ideia de que a poupança dos trabalhadores é igual zero, de modo que a taxa de lucro (r) seja dada por $r = \frac{g_i}{s}$ em que (g_i) corresponde à taxa de crescimento do estoque de capital, e (s) à propensão marginal a poupar. Assim, a

taxa de poupança $g_s = s/K$ pode ser definida como $g_s = S \cdot r$. Se fizermos o investimento dependente do *animal spirit* dos empresários (β_0) e da taxa de lucro esperada, que se aproxima da taxa de juros corrente r , obtemos uma função para a taxa de investimento (g_i) dada por ($g_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot r$), em que (β_1) equivale à sensibilidade da taxa de investimento à taxa de lucro. Considerando a igualdade entre a taxa de investimento e a taxa da poupança ($g_i = g_s$), que garante o equilíbrio macroeconômico, logo a taxa de crescimento de longo prazo será dada

$$\text{por, } g^* = \frac{s \cdot \beta_0}{(s - \beta_1)} \therefore g = \frac{\Delta}{Y}.$$

2.1.2 Modelos pós-keynesianos da 2ª geração

Os principais expoentes contemporâneos da construção teórica da segunda geração pós-keynesiana foram influenciados pelos fundamentos de crescimento econômico desenvolvido por Kalecki (1954) e Steindl (1952). Esses dois inauguradores buscaram desenvolver modelos de crescimento econômico onde o grau de utilização da capacidade produtiva era endógeno, e que não necessariamente se encontrava no limite máximo da capacidade produtiva.

Pesquisadores contemporâneos como Rowthorn (1982) e Dutt (1984, 1987, 1990), desenvolveram modelos de crescimento econômico inspirados na teoria Kaleckiana.

Os modelos de segunda geração contam com pelo menos duas grandes diferenças em relação aos modelos de primeira geração ou neokeynesianos de Kaldor (1957) e Robinson (1956; 1962). De acordo com Bertella (2007),

Os modelos neokeynesianos estão situados em um ambiente de concorrência perfeita, no qual os agentes econômicos são tomadores de preços. Nos modelos de segunda geração, dada à influência kaleckiana, os agentes não são tomadores de preços, mas fazem parte de um ambiente oligopolístico. A segunda grande diferença reside em que, nos modelos de Cambridge, implicitamente, assume-se que a economia opere à plena capacidade ou que o grau de utilização da capacidade é fixo em um dado nível normal, ao passo que, nos modelos de segunda geração, o grau de

utilização é endógeno e não é igual a um valor normal, mesmo no longo prazo (BERTELLA, 2007, p. 210).

Para além dos pressupostos acima citados, os modelos modernos da segunda geração pós-Keynesiana apresentam algumas outras peculiaridades relevantes: uma distribuição de renda exógena e uma função de investimento onde o grau da utilização da capacidade produtiva é colocado como o fator preponderante na tomada de decisão de investir dos empresários.

A distribuição exógena da renda é assegurada pelo princípio que estabelece os preços dos bens e serviços no mercado. A norma básica de formação dos preços nos modelos pós-Keynesianos é baseada no chamado *mark-up*, um valor cobrado acima dos custos reais necessários para cada unidade produzida. A equação para o

cálculo dos preços (P) é a seguinte:
$$P = (1 + \tau) \frac{W}{q}$$

Partindo da equação dos preços estabelecida acima e considerando que os lucros são definidos pela receita menos os custos $\Pi = py - \frac{W}{q} \cdot y$, somos

capazes de identificar que a massa do lucro é determinada pelo *mark-up* sobre os custos de produção: $\Pi = \tau + \frac{W}{q} y$, onde τ representa o *mark-up*, W

corresponde ao salário nominal médio, q o produto por trabalhador e Y representa o

produto. Já no que diz respeito à participação do lucro na renda $\Pi = \frac{\tau}{(1+\tau)}$

pode-se observar que ela é determinada pelo tamanho do *mark-up*, por consequência é exógena ao crescimento econômico.

Os modelos pós-keynesianos da segunda geração assumem que o investimento resulta não somente da taxa esperada do lucro, mas também da utilização da capacidade produtiva; desse modo, a taxa de crescimento do estoque de capital (investimento) pode ser definida por meio da equação:

$g_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot r + \beta_2 \cdot u$, onde u é o grau da capacidade produtiva; β_1 representa a sensibilidade do investimento à taxa de juros e β_2 corresponde à sensibilidade do investimento à taxa de utilização da capacidade produtiva.

Ao relacionar a equação de Cambridge ($g_s = s \cdot r$) com a função de investimento descrita acima, e considerando o pressuposto de que investimento é igual à poupança ($g_i = g_s$) no equilíbrio macroeconômico, é possível apurar duas conclusões nos modelos pós-keynesianos da 2ª geração: a primeira é que a determinação do grau de utilização da capacidade torna-se endógena, e passa a ter uma relação imediata com a participação do lucro na renda, o investimento autônomo, o grau de poupança, e o impacto da taxa de lucro e do efeito acelerador.

Assim, temos $U^* = \frac{\beta_0}{\pi(s-\beta_1)-\beta_2}$. A segunda é que o crescimento econômico é

uma função das mesmas variáveis que determinam o grau de utilização da capacidade produtiva, de modo que $g^* = \frac{s \cdot \pi \cdot \beta_0}{\pi(s-\beta_1)-\beta_2}$. Esta função nos

mostra que um acréscimo na taxa de poupança e na participação dos lucros na renda diminui a taxa de crescimento; em outras palavras, o paradoxo da parcimônia é validado. Com isso, um aumento dos salários reais não representa um decréscimo nas taxas de lucros, visto que a economia não opera no pleno emprego. Para provar que um aumento da participação dos lucros na renda total leva a uma diminuição na taxa de crescimento, basta fazer derivar parcial de g^* em relação à π .

$$\begin{aligned} \frac{\partial g^*}{\partial \pi} &= \frac{s\beta_0[\pi(s-\beta_1)-\beta_2]-(s-\beta_1)S\pi\beta_0}{[\pi(s-\beta_1)-\beta_2]^2} \\ &= \frac{s\pi\beta_0(s-\beta_1)-s\beta_0\beta_2-(s-\beta_1)S\pi\beta_0}{[\pi(s-\beta_1)-\beta_2]^2} \\ &= \frac{-s\beta_0\beta_2}{[\pi(s-\beta_1)-\beta_2]^2} < 0 \end{aligned}$$

2.1.3 Modelos pós-keynesianos da 3ª geração

Os modelos desenvolvidos nesta geração são embasados na crítica feita por Bhaduri e Marglin (1990) aos modelos pós-keynesianos da segunda geração. Substancialmente, a crítica surgiu quando os teóricos da 2ª geração fizeram do investimento uma função da taxa esperada do lucro (r) e do grau da capacidade produtiva (u). Isso fez com que a capacidade produtiva tivesse duplo efeito, dado que a taxa de lucro nada mais é do que a multiplicação da margem do lucro (π) e da capacidade produtiva da economia ($r = \pi \cdot u$).

Partindo do pressuposto de que os investimentos não dependem da taxa de lucro corrente, mas sim da taxa de lucro esperada, Bhaduri e Marglin (1990) desenvolveram uma função de investimento onde isolaram os efeitos da margem do lucro e do grau de utilização da capacidade produtiva. Essa função de investimento pode ser escrita como: ($g_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot \pi + \beta_2 \cdot u$).

Ao isolar os efeitos dessas duas variáveis, o investimento pode ser guiado tanto pelos lucros (*profit-led*), como pelos salários (*wage-led*). O regime predominante em cada economia, então, será um resultado dos condicionantes estruturais e institucionais. Embora um aumento da participação dos lucros surta um efeito negativo sobre o grau de utilização da capacidade produtiva

$$u^* = \frac{\beta_0 + \beta_1 \cdot \pi}{(s \cdot \pi - \beta_2)}, \text{ seu impacto sobre o crescimento econômico,}$$

$$g^* = \frac{s \cdot \pi \cdot (\beta_0 + \beta_1 \cdot \pi)}{(s \cdot \pi - \beta_2)}, \text{ pode ser negativo ou positivo. Para provar isso, é só}$$

derivar g^* em relação à π .

$$\frac{\partial g^*}{\partial \pi} = \frac{(S\beta_0 + 2\beta_1\pi)(S\pi - \beta_2) - S^2\pi(\beta_0 + \beta_1\pi)}{[(S\pi - \beta_2)]^2}$$

$$= \frac{S^2 \beta_0 \pi - S \beta_0 \beta_2 + 2S^2 \beta_1 \pi^2 - 2S \beta_1 \beta_2 \pi - S^2 \pi \beta_0 - S^2 \beta_1 \pi^2}{(S\pi - \beta_2)^2}$$

$$= \frac{S^2 \beta_1 \pi^2 - S \beta_0 \beta_2}{(S\pi - \beta_2)^2}$$

$$= \frac{S[S\beta_1 \pi^2 - \beta_0 \beta_2]}{(S\pi - \beta_2)^2}$$

$\frac{\partial g^*}{\partial \pi} > 0$ Se e somente se, $S\beta_1 \pi^2 > \beta_0 \beta_2$ e vice-versa.

Sabendo que, $g^* = \frac{s \cdot \pi \cdot (\beta_0 + \beta_1 \cdot \pi)}{(s \cdot \pi - \beta_2)}$ e $u^* = \frac{\beta_0 + \beta_1 \cdot \pi}{(s \cdot \pi - \beta_2)}$, $r = \pi \cdot u$

$$r = \pi \cdot \frac{(\pi \beta_1 + \beta_0)}{S\pi - \beta_2}$$

$$= \frac{S}{S} \frac{(\pi \beta_1 + \beta_0)}{S\pi - \beta_2}$$

$$r^* = \frac{g^*}{S}$$

2.2 Distribuição funcional da renda no Brasil

A distribuição funcional da renda é um dos temas que tem recebido grande atenção dos economistas. No início do século XIX, David Ricardo, um dos principais economistas clássicos, destacou que o propósito basilar da Economia Política era explicar a distribuição do produto nacional entre proprietários de terra, detentores de capital e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários. Essa questão é atualmente conhecida como distribuição funcional da renda. A distribuição funcional da renda continua sendo um dos assuntos centrais de vários outros pesquisadores econômicos, entre eles os marxistas, keynesianos e pós-keynesianos.

No caso particular do Brasil, a literatura sobre distribuição funcional da renda é pouco extensa. Contudo, essa questão está no centro das atenções dos pesquisadores sociais e formuladores de políticas econômicas, visto que o país possui uma elevada desigualdade de renda quando comparada com o resto do mundo.

Hoffmann (2001) afirma que a explicação para essa elevada desigualdade de renda teria sido procurada na formação e evolução socioeconômica do Brasil. Um aspecto principal foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse de terra, especialmente quando a economia do país tinha como força motriz da produção econômica a produção e exploração de bens primários (HOFFMANN, 2001, p. 67). Outra razão central da permanência da elevada desigualdade de renda no Brasil foi, a inflação acelerada, que perdurou na economia brasileira até o período antecedente a elaboração do plano de estabilidade econômica, o Plano Real.

Pesquisas recentes que se dedicaram ao estudo da evolução da distribuição funcional da renda vêm sendo publicadas. A maioria aponta para uma melhora tanto na distribuição funcional e pessoal da renda e aumento da participação das remunerações na renda nacional ao longo dos anos.

Considera e Pessoa (2011) analisaram a distribuição funcional da renda no Brasil no período de 1959 a 2009. A pesquisa tinha dois propósitos básicos: primeiro, examinar a evolução da distribuição funcional da renda, considerando-se a participação dos salários na renda; segundo, averiguar o processo, haja vista a participação das remunerações de capital. No último os autores aplicaram uma função de produção agregada com coeficiente de elasticidade de substituição constante (CES).

Os pesquisadores constataram que a participação das remunerações do trabalho na renda do país cresce de 1959 para 1970, declina em 1975 e volta a crescer continuamente até 1990, a partir desta data em diante essa participação oscila em trajetória declinante até 1994; em 1995 volta a crescer quando alcança seu valor máximo (em torno de 60%) diante essa participação inicia uma suave trajetória declinante até 2003, daí em diante a participação das remunerações na renda do país volta a crescer suavemente até 2009 (CONSIDERA; PESSOA, 2011, p.9).

No que diz respeito à participação das remunerações do capital na renda, o estudo afirma que declina à medida que a quantidade de capital sobe. Isso somente se a elasticidade de substituição entre capital e trabalho for muito baixa (CONSIDERA; PESSOA, 2011, p.26).

A pesquisa trouxe uma novidade muito pertinente, isto é, considerando-se as diferenças entre o emprego público e emprego privado no Brasil. Tendo em conta essas diferenças, foi calculada a participação dos salários de cada setor no PIB, e concluiu-se que a participação dos salários do setor público na renda nacional é superior à participação dos salários oriundos do setor privado. Os pesquisadores então concluíram que para obter melhoria na distribuição funcional da renda, seria necessário diminuir a renda de capital e aumentar a tributação sobre o patrimônio a fim de diminuir a concentração de terras e imóveis no país (CONSIDERA; PESSOA, 2011, p.28).

Bastos (2012), por sua vez, teve como objetivo central apresentar uma mensuração de uma série trimestral da participação do trabalho no PIB brasileiro. Bastos mostrou que a participação da renda do trabalho no PIB reduziu de 1995 até 2004, porém a desigualdade da renda pessoal estava em queda no mesmo período. A partir de 2005, a tendência anterior inverteu, a participação da renda do trabalho passou a crescer até 2009, enquanto a desigualdade de renda pessoal continuou caindo segundo dados da PNAD. Isso deixou claro que a desigualdade da renda pessoal pode diminuir, tanto com acréscimo ou com decréscimo da participação da renda dos salários no PIB.

Neto e Saboia (2014) confirmam o resultado de Bastos (2012), de que a parcela da renda do trabalho na renda nacional caiu no período de 1995 a 2004, e volta a aumentar após esta data, permanecendo nesse ciclo de ascensão até 2009.

De acordo com Neto e Saboia (2014), a queda da participação das remunerações na renda no período 1995 a 2004 pode ser parcialmente justificada pelas políticas econômicas mais austeras do governo, objetivando estabilizar os preços, o que impactou no mercado de trabalho nacional. Num primeiro momento, de 1995 a 1999, pode-se ressaltar a abertura comercial e o câmbio apreciado, que induziu crescimento das importações, que trouxeram ainda uma reestruturação produtiva destruidora de empregos; as elevadas taxas de juros de toda a economia por um longo período; no período posterior a 1999, observa a retração do PIB, do gasto público primário (NETO; SABOIA, 2014, p. 7).

Segundo os autores, a melhoria observada na participação dos salários na renda total no período 2004 a 2009 se deve a altas taxas de crescimento econômico, elevação da qualidade do mercado de trabalho e ajustes sucessivos do salário mínimo. A avaliação feita pelos pesquisadores para os anos 2010 e 2011 mostrou que, nesses dois anos, a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional manteve a trajetória de crescimento do período antecedente, mesmo sofrendo uma pequena queda em 2010.

3. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consistirá primeiramente em um referencial teórico para a análise, que consiste no paradigma pós-keynesiano de crescimento econômico e distribuição funcional da renda. Será feita uma exposição das principais ideias dos autores centrais de cada geração, nomeadamente: Kaldor (1957) e Robinson (1956), da 1ª geração; Rowthorn (1982) e Dutt (1984, 1987, 1990) da 2ª geração; e Bhaduri e Marglin (1990), da 3ª geração.

Posteriormente, será realizado um levantamento da literatura mais recente acerca do tema (livros, artigos científicos e publicações acadêmicas), discutindo os principais trabalhos que se utilizaram dessa base teórica para estudar o crescimento econômico de maneira geral, bem como aqueles que aplicaram esses princípios para analisar a economia brasileira. Apresentaremos as principais contribuições de cada autor, comparando e relacionando as suas ideias a respeito do tema, além disso, exibiremos os resultados e as conclusões de cada pesquisa. Por fim, vale explorar e analisar por meio de gráficos a evolução das principais variáveis macroeconômicas brasileiras, nomeadamente o PIB, a participação dos salários na renda e a taxa de lucro da economia, com o objetivo de inferir algumas peculiaridades dos padrões de crescimento econômico que a economia brasileira experimentou ao longo dos anos.

4. Resultados

Nesta seção, serão apresentados alguns trabalhos mais recentes que empregaram a abordagem pós-keynesiana de distribuição funcional da renda e crescimento econômico para explicar os regimes de crescimento econômico que vigoraram em algumas economias. Em primeiro lugar, serão apresentadas algumas pesquisas de autores que investigaram as experiências vivenciadas por determinadas economias internacionais. Em seguida, será estudado o caso específico da economia brasileira, analisando algumas das principais pesquisas mais recentes, que utilizaram os fundamentos pós-keynesianos de crescimento e distribuição, para investigar quais os padrões de crescimento econômico que a economia brasileira provou.

4.1 Casos internacionais

Ao desenvolver as pesquisas, os autores analisados buscaram captar os efeitos de uma mudança na distribuição da renda pró-trabalho ou pró-capital sobre a demanda agregada para determinar o regime de crescimento econômico (*wage-led* ou *profit-led*) que predominou nos países em análise. Além disso, levaram em consideração o tamanho e o grau da abertura das economias em questão. Conforme Blecker (2010), as economias de países que estão mais expostos à concorrência internacional e cujas exportações e importações variam muito em relação aos preços do mercado, apresentam baixas probabilidades de seguirem regimes de crescimento *wage-led*, e mais prováveis de apresentarem regimes de crescimento tipo *profit-led*, quando comparadas a economias fechadas. Inúmeras pesquisas se basearam nos efeitos de uma mudança na distribuição funcional de renda para investigar qual o regime de crescimento econômico que predominou nas economias vem sendo publicadas.

Stockhammer, Onoran e Ederer (2007) estudaram o caso da economia da zona euro. Os autores estimaram um modelo macroeconômico pós-keynesiano que permite regime de demanda *wage-led*, assim como *profit-led*, para analisar os efeitos de um aumento da participação dos salários sobre os componentes da demanda agregada (consumo privado, investimento, exportação líquida) a fim de identificar o regime de demanda que vigorou na região. Os resultados empíricos obtidos no estudo mostraram que um aumento da participação dos salários tem um

efeito positivo sobre o consumo privado e afeta negativamente os investimentos e as exportações líquidas, permitindo concluir que o regime de demanda da zona euro é *wage-led*. Porém, esta constatação não é válida quando se analisa individualmente os Estados-membros, que em geral são economias abertas. Como a maioria tem participação de exportações e importações relativamente alta, é provável que muitos Estados-membros da área euro individualmente exibam regime de demanda *profit-led*, seguindo a lógica de que economias pequenas são prováveis de ser *profit-led*, devido ao alto coeficiente de participação das exportações líquidas no PIB (STOCKHAMMER; ONORAN; EDERER, 2007, p. 29-30).

Hein e Vogel (2008), de maneira similar, investigaram as economias de seis Estados membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): Áustria, França, Alemanha, Países Baixos, Reino Unido, e EUA no período de 1960-2005. A base da investigação foi um modelo de distribuição e crescimento de Bhaduri e Marglin, que permite regime de crescimento *wage-led* ou *profit-led*. Os pesquisadores fizeram um exercício empírico aplicando uma abordagem de equação única para determinar os efeitos de uma mudança na participação do lucro sobre a demanda agregada, e conseqüentemente determinar o regime de crescimento que predominou em cada uma dessas economias. Essa análise foi realizada para o período de 1960-2005 para Áustria e Holanda como pequenas economias abertas, para França, Alemanha e Reino Unido como economias de médio porte e menos abertas e para EUA como grande economia e bastante fechada. Os autores concluíram que o “efeito total de um acréscimo da participação dos lucros sobre a demanda agregada é negativo na Áustria, Alemanha, França, Reino Unido e nos EUA. Este efeito é mais forte nos três primeiros países do que nos dois últimos devido a um forte efeito negativo sobre o consumo privado. Analisando-as como economias fechadas, todas as cinco economias são *wage-led*. Nos Países Baixos, porém, o efeito positivo de um aumento da participação dos lucros sobre o investimento é mais forte do que o efeito negativo sobre o consumo, resultando em um regime de crescimento *profit-led* para o setor doméstico” (HEIN; VOGEL, 2008, p. 502, tradução nossa).

No caso específico da economia doméstica da Áustria, Hein e Vogel afirmam que o regime de crescimento mudaria de *wage-led* para *profit-led* quando incluído o efeito da distribuição sobre o comércio externo, enquanto os outros países

permanecem *wage-led*. Os Países Baixos, entretanto, já possuem crescimento *profit-led* sem comércio externo.

Posteriormente, um trabalho equivalente desenvolvido por Hein e Vogel (2009) para os casos separados da economia da França e Alemanha confirmará os resultados obtidos para ambos os países no último estudo para o mesmo período de análise de 1960-2005. Nessa pesquisa seguiram a mesma metodologia da pesquisa anterior, aplicando a abordagem de equação única para estimar o efeito geral de uma mudança da participação dos lucros sobre o PIB real.

Conforme as conclusões obtidas anteriormente na pesquisa de Hein e Vogel (2008), os autores reafirmaram que França e Alemanha exibiram regime de crescimento econômico *wage-led*, no período investigado, quando analisadas como economias fechadas, bem como quando estudadas como economias abertas. “Sem consideração de comércio exterior, a França e a Alemanha mostram um regime de crescimento liderado pelos salários durante o período analisado. Quando se considera o efeito de uma mudança na participação dos lucros no crescimento via exportações líquidas e desconsiderando o efeito positivo ‘fracamente significativo’ sobre o investimento na Alemanha, os dois países permanecem *wage-led*” (HEIN; VOGEL, 2009, p. 18, tradução nossa). O estudo mostrou que o efeito de uma mudança na participação do lucro sobre as exportações líquidas da França era insignificante, e na Alemanha o efeito positivo sobre as exportações líquidas era menor do que o efeito negativo sobre o consumo.

Noutra pesquisa semelhante, Stockhammer e Ederer (2008) reforçam as conclusões de Hein e Vogel (2008) para a economia da Áustria. Objetivando investigar como uma mudança na participação dos salários afeta a demanda agregada na Áustria, os pesquisadores estimaram um modelo que permite regime de demanda *wage-led* bem como *profit-led*, de acordo com o tamanho do diferencial de consumo, da sensibilidade do investimento para o lucro e da sensibilidade das exportações líquidas para o custo unitário do trabalho.

Na investigação empírica o modelo é estimado por meio de equações individuais separadas para o consumo, investimento, e exportações líquidas. Os resultados do exercício empírico sugerem que um aumento da participação dos salários na renda surte um efeito positivo substancialmente maior sobre o consumo do que o efeito negativo sobre o investimento. Assim, o setor doméstico da Áustria é

claramente *wage-led* (STOCKHAMMER; EDERER, 2008, p. 22-23). Porém, quando incluído o comércio internacional, o regime de demanda torna-se *profit-led*.

4.2 O caso da economia brasileira

Nessa subseção o objetivo passa por analisar algumas das pesquisas que aplicaram a abordagem dos modelos de três gerações pós-keynesianos de crescimento e distribuição para especificar o regime de crescimento econômico que prevaleceu na economia brasileira ao longo do período 2000-2010. Para o caso da economia brasileira, poucos estudos do tipo foram publicados até o momento, o que de certo modo configurou um obstáculo no desenvolvimento deste trabalho.

Miguel Bruno (2003) investiga os padrões de crescimento que vigoraram na economia brasileira a partir dos anos 70. Para realizar a pesquisa, contou com as contribuições dos modelos estruturalistas de crescimento e distribuição de Rowthorn (1982); Taylor (1991); Bowles e Boyer (1990 1995); Uemura (2000). Desenvolveu funções separadas para a taxa de lucro; taxa de acumulação; utilizou a função Kaldoriana da poupança; e a partir da função de investimento e poupança estimou uma função para excesso da demanda agregada, onde o padrão de crescimento econômico era determinado pelo sinal do resultado obtido para a função excesso de demanda agregada.

Se o excesso da demanda for maior que zero, o regime de crescimento é *profit-led*, ou seja, um aumento da participação dos lucros conduz a um aumento do excesso da demanda agregada devido a elevada sensibilidade do investimento a taxa do lucro. Nessas condições, um aumento da participação da taxa de lucro levaria a um aumento da taxa de acumulação. No entanto, se o excesso de demanda for menor que zero, o regime de crescimento é *wage-led*, neste caso um aumento da participação dos salários na renda causaria um acréscimo no excesso da demanda e, logo, na taxa de acumulação da economia, isso ocorre devido à alta sensibilidade do investimento ao consumo agregado (BRUNO, 2003, p.6).

O período investigado foi dividido em dois subperíodos: primeiro de 1970 a 1990, e o segundo, de 1991 a 2001. Os resultados da análise foram obtidos a partir de testes econométricos e de avaliação do comportamento de algumas variáveis

macroeconômicas, tais como: evolução da taxa de lucro na economia brasileira, PIB, participação dos salários no produto, e utilização da capacidade produtiva instalada.

Os resultados da pesquisa empírica sugerem que no período de 1970-1990 o regime de crescimento que vigorou na economia brasileira foi do tipo *profit-led*, ou seja, um aumento na participação do lucro na renda nacional induz a um aumento na taxa de acumulação da economia. No início da década de 70 a taxa de lucro da economia brasileira estava em ascensão, o que explica em parte o padrão de crescimento vigente. Porém, após o milagre econômico, a economia brasileira viu sua taxa de lucro e crescimento econômico despencar ininterruptamente, mesmo assim, o regime de crescimento econômico não se alterou até o final da década de 80. Por outro lado, o período de 1991-2001 foi caracterizado pelo regime de acumulação *wage-led*, isto é, um acréscimo na participação dos salários na renda de economia conduz a um aumento no excesso da demanda, consequentemente na taxa de crescimento da economia, isto acontece devido a maior sensibilidade da demanda agregada a um aumento da participação dos salários na renda total. De acordo com Bruno (2003), essa mudança de padrão de crescimento que se verificou na economia brasileira é explicada em maior parte pela abertura comercial e financeira dos anos 90.

Outra pesquisa desenvolvida por Bruno (2008) utilizou uma metodologia um pouco diferente em comparação ao estudo anterior, limitando-se a descrever a evolução de algumas variáveis macroeconômicas da economia brasileira (taxa real de lucro, *wage share*, taxa bruta de acumulação de capital fixo). O objetivo central do trabalho era investigar os regimes de crescimento econômico que predominaram na economia brasileira no período de 1950-2006, identificando as causas de longo prazo por trás de cada padrão de crescimento econômico vigente. O estudo confirmou algumas das conclusões do artigo precedente, nomeadamente, reafirmou que o regime de crescimento que prevaleceu na economia brasileira nos anos 70 e 80 foi *profit-led*. Por outro lado, os resultados obtidos em relação à década de 90 foram de encontro àqueles apurados na pesquisa anterior, mostrando que o regime de crescimento a partir de 1996 aproximava-se do padrão *finance-led growth*, e não *wage-led* como apontava Bruno (2003).

Bruno (2008) identificou três padrões regimes de crescimento econômico para a economia brasileira no período analisado: no primeiro, de 1966 a 1980 neste intervalo de tempo, predominou o padrão *profit-led growth*, com altas taxas de lucro

e acumulação de capital fixo produtivo, aumento sustentado de renda e emprego (BRUNO, 2008, p. 26). No segundo, de 1984 a 1993, prevaleceu o regime de crise ou contração, um período de estagflação, caracterizado pela baixa taxa de crescimento e tendência de apresentar taxas altas de inflação. Nesse espaço de tempo, as taxas de lucro e de acumulação permaneceram em queda, sinalizando a entrada da economia brasileira em um longo período de dificuldades macroeconômicas e estruturais (BRUNO, 2008 p. 26); e, finalmente, no terceiro, de 1996 a 2006, vigorou um novo padrão de crescimento: o *finance-led growth regime*, de acordo com Bruno (2008), para que esse padrão de crescimento exerça seus efeitos benéficos sobre o crescimento econômico, a estrutura econômica deve apresentar algumas condições: inclusão da maior parte das famílias nos mercados de capitais e de títulos, concentração moderada de renda e riqueza, ambiente macroeconômico com taxas baixas de juros e forte efeito acelerador de investimento.

Um dos fatores principais que explica a predominância do regime de crescimento *finance-led* é o processo de abertura comercial e financeira que ocorreu a partir dos os anos 90. Esse período era caracterizado por baixas taxas de crescimento econômico, baixa taxa de acumulação de capital fixo, apesar da taxa de lucro médio ter tendido a ascender a partir de 1994. Segundo o autor, é possível a existência de regimes de crescimento que, embora apresentem taxas elevadas de lucro macroeconômico, suas taxas de acumulação de capital sejam proporcionalmente muito baixas (BRUNO, 2007, p.17). Isto pode ser explicado pela baixa propensão a investir dos lucros por parte dos capitalistas. Um ambiente macroeconômico e social desfavorável pode desencorajar os reinvestimentos dos lucros.

Araújo e Gala (2012) desenvolveram um trabalho usando a mesma metodologia de Bruno (2003), com a finalidade de investigar os regimes de crescimento econômico vigentes na economia brasileira no período 2001-2009, apresentando um modelo teórico inspirado nas pesquisas de Bowles & Boyer (1995); Uemura (2000); Stockhammer & Onaran (2004); Naastepad & Storm (2006-2007); Hein & Vogel (2008); e Stockhammer et al. (2009), que serviram de base para o estudo empírico referente à economia brasileira no período em estudo.

Na terceira seção da pesquisa os autores analisaram o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas brasileiras, nomeadamente, participação dos

salários na renda nacional, PIB real, taxa de lucro e acumulação de capital. A partir dessa verificação pode-se deduzir particularidades do padrão de crescimento da economia brasileira. Observando o comportamento do crescimento do PIB real, a economia experimentou nos anos 1970 um período de altas taxas de crescimento econômico, esse período coincide com o milagre econômico (1967-1973). De acordo com Araújo e Gala (2012), esse período era sinalizado com altas taxas de lucro e de acumulação de capital. Apuraram que os investimentos eram conduzidos pelos lucros, o que leva a inferir que o padrão de crescimento econômico era do tipo *profit-led* na década de 70.

No que diz respeito aos 80 e 90, o crescimento do PIB foi inconstante, apresentando oscilações de taxa positivas e negativas de crescimento. Nos anos 2000, principalmente a partir de 2004, instaurou-se um período de taxa de crescimento positivo do PIB (ARAÚJO; GALA, 2012, p.47). Esse período de taxas de crescimento econômico positivas é acompanhado com aumento da participação dos salários (*wage share*) na renda da economia brasileira, o que pode ser um indício de padrão de crescimento de natureza *wage-led*.

Para classificar o regime de crescimento econômico através do estudo empírico, estimaram as funções separadas para taxa de investimento; exportação líquida; poupança e excesso de demanda.

Seguindo Bowles & Boyer (1995) e Uemura (2000), $ED=0$ é a condição keynesiana de estabilidade. Se $ED>0$, o regime de crescimento é considerado "*profit-led*" no sentido de que um aumento na *profit share* conduz a um aumento no excesso de demanda agregada por causa da alta sensibilidade do investimento à taxa de lucro. Nessas condições, um aumento na participação dos lucros no produto levaria a um aumento da taxa de acumulação (I/K). Por sua vez, se $ED<0$, o regime de crescimento é "*wage-led*". Nesse caso, um aumento da participação relativa dos salários (ws) provocaria um aumento no excesso de demanda e, então, na taxa de acumulação, em razão da alta sensibilidade do investimento ao consumo agregado (ARAÚJO; GALA, 2012, p.46).

Os resultados empíricos demonstraram que domesticamente o regime de crescimento econômico que vigorou na economia brasileira é do tipo *wage-led*, ou melhor, um incremento na participação dos salários na renda, surte um efeito

positivo na demanda agregada. De outra forma, levam em conta os efeitos do comércio externo, o regime de crescimento torne-se *profit-led*, ou seja, ao considerar-se a participação do setor externo, um aumento da participação dos lucros na renda causa expansão na demanda agregada.

Uma pesquisa levada a cabo por Siqueira (2012) tinha como finalidade principal identificar o padrão de crescimento econômico que seguiu a economia brasileira no período de 1995-2010. Por isso, realizou um exercício econométrico da relação entre distribuição funcional da renda e ganhos da produtividade no processo de crescimento econômico brasileiro. A investigação empírica foi suportada pelo modelo de Bhaduri e Marglin (1990), que permite regimes de crescimento *wage-led* ou *profit-led*; no entanto, para incluir os princípios Kaldorianos, adotou-se o modelo de Naastepad (2006) servindo de moldura teórica referencial.

O modelo de crescimento conduzido pela demanda proposto por Naastepad (2006) pode ser dividido em duas frentes: uma trata do regime de produtividade, que especifica como que os ganhos de produtividade podem ser obtidos, essencialmente, essa variável terá como termos explicativos crescimento da demanda e dos salários reais. A outra se refere ao regime de demanda, que especifica como que ganhos de produtividade, para um dado salário real, podem afetar o crescimento da demanda agregada. A depender das condições paramétricas dos mesmos, a economia poderá ter um regime de crescimento *wage-led* ou *profit-led* (SIQUEIRA, 2012, p.20).

No estudo econométrico a metodologia VAR (Vetores Auto Regressivos) foi usada como meio para a estimação.

A hipótese inicial do estudo era que de o padrão de crescimento econômico que vigorou na economia brasileira no período 1995-2010 era do tipo *wage-led* e que a lei de Kaldor-Verdoorn (a relação de que a taxa de crescimento da produtividade pode ser explicada pela taxa de expansão do próprio produto) se verifica válida para o caso da economia brasileira no período analisado.

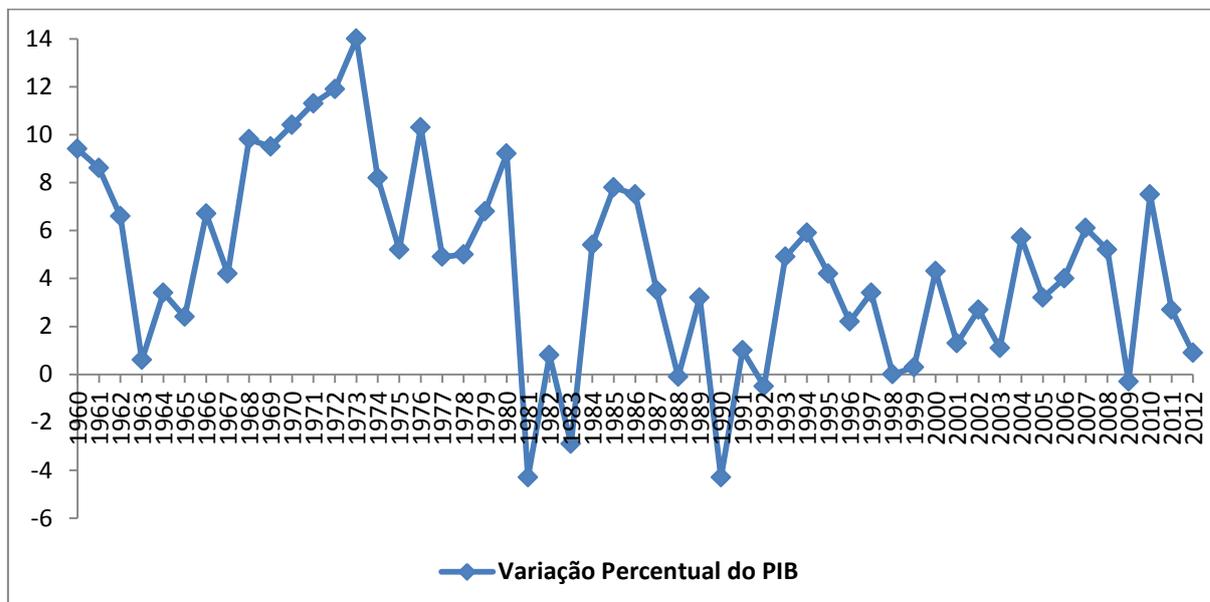
Os resultados apurados no estudo empírico vão de encontro à hipótese inicial do trabalho, que sugeria um regime de crescimento econômico do tipo *wage-led* para o período analisado, apontando para um padrão de crescimento econômico de natureza *profit-led* para a economia brasileira no período de 1995-2010. Contrariamente, os resultados revalidam a lei de Kaldor-Verdoorn para a economia

brasileira, no período pesquisado. Isto é, a taxa de crescimento do produto influencia positivamente a taxa de produtividade.

O estudo ainda afirma, que quando analisando a economia brasileira sem os efeitos do comércio externo, ela segue um padrão de crescimento do tipo *wage-led*. Por outro lado, quando estudado como uma economia aberta, o regime de crescimento econômico torna-se *profit-led*. Deste modo, confirma-se a conclusão da investigação de Araújo e Gala (2012).

4.2.1 A evolução das principais variáveis macroeconômicas brasileiras

Gráfico 1 - Evolução anual da taxa de crescimento do PIB do Brasil (em %) no período de 1960-2012.

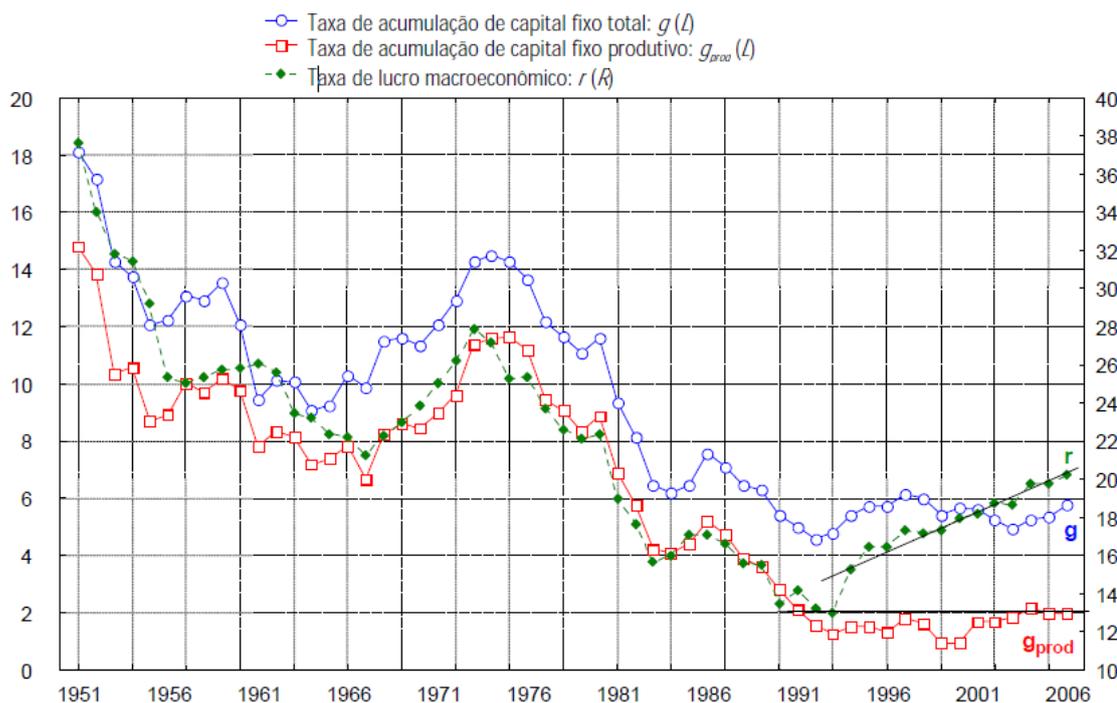


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Ao observar o gráfico 1, constata-se que a economia brasileira experimentou altas taxas de crescimento econômico no período de 1968 a 1973, chegando ao seu ponto máximo no ano de 1973, com uma taxa crescimento econômico de 14% ao ano. Este período ficou conhecido na literatura econômica brasileira como “Milagre” Econômico, caracterizado por altas taxas de crescimento do PIB e queda moderada da inflação. Após o milagre econômico, a economia brasileira passa por um período de flutuações nas taxas de crescimento econômico, apresentando variações positivas e negativas no PIB. Esse período de revezamento de taxas positivas e negativas de crescimento do PIB coincide com a década de 1980, conhecida como a

“década perdida”, marcada por baixas taxas de crescimento econômico e elevadas taxas de inflação. A partir de 1990, a economia brasileira volta a apresentar taxas de crescimento econômico positivas, ainda que oscilantes, porém menores do que as exibidas nos anos 70.

Gráfico 2 - Taxa de acumulação e de lucro macroeconômico (em %) no período de 1950-2006

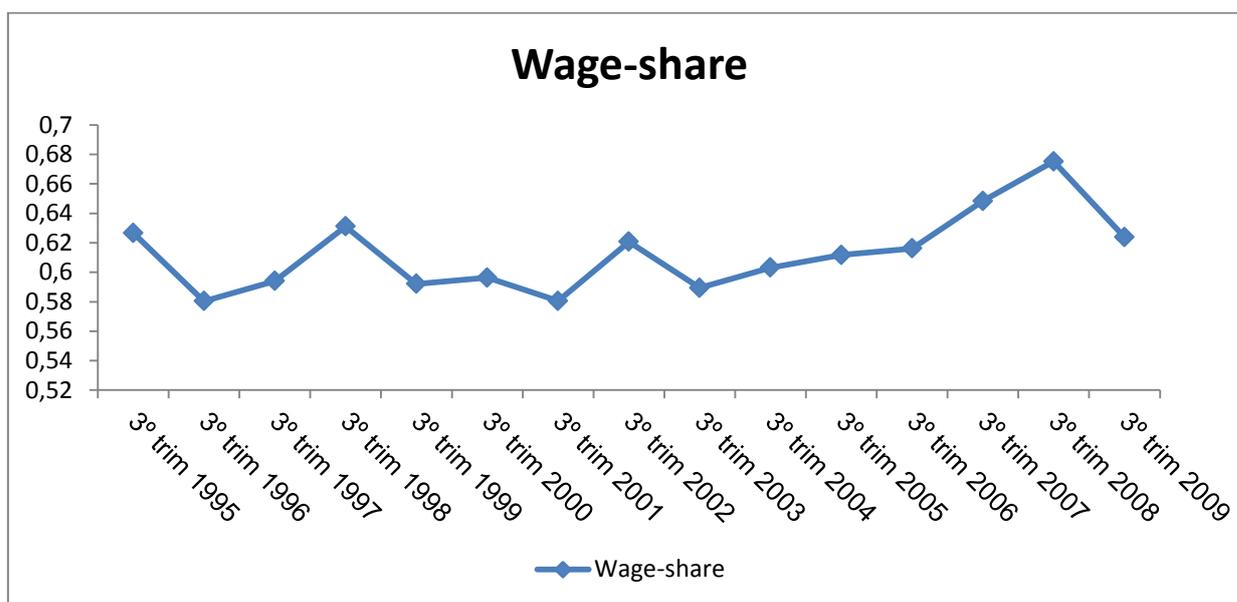


Fonte: IBGE, IPEA e Bruno (2008).

O gráfico 2 revela o comportamento ascendente da taxa de lucro macroeconômico da economia brasileira no período 1968 a 1973. No mesmo período, observa-se que a taxa de acumulação de capital fixo da economia também está crescendo, o que indica que o regime de crescimento econômico que vigorou na economia brasileira nesse período foi do tipo *profit-led*. As altas taxas de lucro incentivam os investimentos, que por seu turno, leva a um aumento da demanda agregada e, conseqüentemente, a uma elevação da taxa de crescimento econômico. Porém, após esse período, tanto a taxa de lucro macroeconômico e a taxa de acumulação entre em queda até início dos anos 90. A partir de 1994, as duas variáveis voltaram a crescerem, no entanto a taxas muito abaixo das experimentadas no período do “milagre econômico”. O baixo desempenho apresentado pelas taxa de lucro e de acumulação de capital fixo a partir da década

de 90 estendendo para os anos 2000 pode ser um indicativo de mudança de regime de crescimento *profit-led* para *wage-led* na economia brasileira a partir da década de 90. Pode-se atribuir essa mudança de regime ao processo de abertura da economia que deu início nos anos 90, políticas de melhoria do mercado de trabalho e as políticas de valorização do salário mínimo que vem ocorrendo desde 2003.

Gráfico 3 - A taxa da participação trimestral dos salários na renda (*wage-share*) na economia brasileira no período de 1995-2009



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da IBGE e Siqueira (2012)

O gráfico 3 apresenta o comportamento trimestral da participação da renda do trabalho na renda nacional. A partir do gráfico acima, é possível identificar dois subperíodos distintos resultados da trajetória seguida pela *wage share* ao longo do período coberto. Primeiro, de 1995 a 2003, a participação dos salários na renda total apresenta uma tendência declinante. A participação da renda do trabalho no produto total no último trimestre de 1995 era aproximadamente 63%; após esse ano, a *wage share* começa a cair, apresentando o seu valor mínimo de aproximadamente 58% no terceiro trimestre do ano 2003. Segundo, de 2004 a 2009, a participação dos salários volta a crescer, apresentando taxas acima de 60%, atingindo o seu ponto máximo de aproximadamente 68% no 3º trimestre do ano de 2008.

O aumento da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional a partir do ano 2004 pode ser justificado em parte pelas políticas de valorização do salário mínimo implantadas pelo governo. Esse alto desempenho da *wage share*

nesse subperíodo pode ser encarado como um indício de que a partir de 2004 a economia brasileira seguiu um regime de crescimento econômico do tipo *wage-led*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho averiguou o padrão de crescimento econômico que prevaleceu na economia brasileira no período de 2000 a 2010, por meio de um levantamento das principais pesquisas que utilizaram o arcabouço teórico dos modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição funcional da renda para investigar o regime de crescimento econômico que vigorou no Brasil ao longo dos anos. A curta literatura sobre o tema para o caso particular da economia brasileira constituiu uma limitação para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

De acordo com a literatura levantada, apurou-se que, em geral, a economia brasileira segue um padrão de crescimento *wage-led* quando tratada como uma economia fechada, isto é, um aumento da participação do salário na renda total surte um efeito positivo na demanda agregada. Porém, quando incluímos os efeitos do comércio externo, a economia brasileira segue um regime de crescimento do tipo *profit-led*, assim um aumento da participação dos lucros na renda nacional leva a um aumento da demanda agregada.

Ao analisarmos o comportamento da participação dos salários na renda nacional percebemos que a partir de 2004, houve um aumento significativo da participação dos salários na renda total, apresentado taxas de participação acima de 60%, o que pode ser um indício de que o regime de crescimento que vigorou a partir de 2004 pode ser do tipo *wage-led*.

No que tange à distribuição funcional da renda, por meio de análise de algumas pesquisas mais recentes concluímos, que houve melhoria da distribuição primária da renda pró-trabalho na última década. Isto se deve à melhoria das condições do mercado de trabalho e das políticas de valorização do salário mínimo levado a cabo pelo governo atual.

Ainda assim, faz-se necessário o aprofundamento das pesquisas sobre as questões de crescimento econômico e distribuição funcional da renda para o caso do Brasil, visando melhor entendimento e conclusões mais acuradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. ; GALA, P. Regime de crescimento econômico no Brasil: evidências empíricas e implicações de Políticas. *Estudos Avançados*, vol.26 (75), p.41, 2012.

BASTOS, E. K. X. Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral. Texto para discussão, nº 1072. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

BERTELLA, M. A. Modelos de crescimento kaleckiano: uma apreciação. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 2, p. 2010-220, 2007.

BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics*, v. 14, n. 4, p.375–393, 1990.

BRUNO, M. Regimes de crescimento, mudanças estruturais e distribuição na economia brasileira (1970-2001). In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, junho 2003.

_____. Acumulação de capital, distribuição e crescimento econômico no Brasil: Uma análise dos determinantes de longo prazo. Texto para discussão, nº 1364. Brasília: IPEA, 2008.

CONSIDERA, C. M; PESSOA, S. A. A distribuição funcional da renda no Brasil: 1959-2009. Rio de Janeiro: FGV/IBRE set. 2011.

DUTT, A. K. Stagnation, Income Distribution, and Monopoly Power. *Cambridge Journal of Economics*, 8. 1984.

_____. Alternative Closures Again: a Comment on “Growth, Distribution and Inflation”. *Cambridge Journal of Economics*, 11. 1987.

_____. Growth, Distribution, and Uneven Development. Cambridge University Press, 1990.

HEIN, E. Money, Distribution Conflict and Capital Accumulation: Contributions to Monetary Analysis. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

HEIN, E.; VOGEL, L. Distribution and growth reconsidered: empirical results for six OCED countries. Cambridge Journal of Economics, v. 32, n. 3, p. 479–511, 2008.

_____. Distribution and growth in France and Germany: Single equation estimations and model simulations based on the Bhaduri/Marglin model. Review of Political Economy, v. 21, n. 2, p. 245–272, 2009.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. Estudos Avançados, vol.15, n.41, 2001.

JONES, HYWEL. G. Modernas teorias do crescimento econômico: uma introdução. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1979.

KALDOR, N. A model of economic growth. The Economic Journal, v. 67, p. 591–624, 1957.

KALECKI, M. Essays in the Theory of Economic Fluctuations. London: George Allen & Unwin, 1939.

NAASTEPAD, C.W. M. and Storm, S. 2007. OECD demand regimes (1960-2000), Journal of Post Keynesian Economics, vol. 29, 211–46.

NETO, J. H; SABOIA, J. A distribuição funcional da renda no Brasil: Análise dos resultados recente e estimativa da conta da renda nos anos de informações preliminares do Sistema de Contas Nacionais. Texto Impresso, 2014.

ROBINSON, J. The Accumulation of Capital. London: Macmillan, 1956.

ROWTHORN, R. Demand, Real Wages and Economic Growth. 1982. In : Sawyer, M. C. (1988), Post-Keynesian Economics, Edward Elgar.

SIQUEIRA, F. Distribuição funcional da renda ganha de produtividade e crescimento econômico: uma análise empírica para o caso brasileiro no período 1995-2009. Brasília; 2012. Monografia de graduação – Departamento de economia UnB.

STOCKHAMMER, E.; ONARAN, O.; EDERER, S. 2007. Functional Income Distribution and Aggregate Demand in the Euro-area, Working Paper No. 102, Department of Economics.

STOCKHAMMER, E.; EDERER, S. Demand effects of the falling wage share in Austria. *Empirica*, v. 35, p. 481–502, 2008.